

Associação dos Magistrados processa polícias que detiveram ilegalmente Procuradora que tentava evitar a deportação ilegal de uma cidadã espanhola

04 Abril 2016



A Associação dos Magistrados do Ministério Público de Moçambique instaurou um processo-crime contra os membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) envolvidos na detenção ilegal da magistrada Benedita Langa, na terça-feira (29), no aeroporto de Mavalane onde tentava evitar a deportação da cidadã espanhola, Eva Anadon Moreno, expulsa ilegalmente do nosso país.

De acordo com a presidente da Associação dos Magistrados moçambicanos, Nélia Correia, houve violação da lei na detenção da magistrada e da cidadã espanhola. “Uma vez que no mesmo local, constatando que a detenção, condução e tentativa de deportação se baseava numa ordem verbal, uma vez que os agentes, a todo o custo a pretendiam executar, não respeitavam os requisitos legalmente exigidos para o efeito e tão pouco apresentavam o despacho do ministro que alegavam estar na base de tal ordem. O facto constitui ilegalidade e clara violação de lei” afirmou Nélia Correia em conferência de imprensa na quinta-feira (31).

Benedita Langa estava de serviço na Procuradoria da cidade de Maputo quando a sua intervenção foi solicitado

pelos advogados da cidadã espanhola que havia sido detida no princípio da tarde de terça-feira (29), nos Serviços de Migração, sem mandato judicial, e posteriormente conduzida ao aeroporto para ser deportada para o seu país de origem.

Em cumprimento de ordens “superiores”, verbais, o chefe do posto da PRM no aeroporto de Mavalane, Arlindo Mavie, impôs uma autoridade não cumprindo as instruções da Procuradora que constatou não existir nenhuma documentação a suportar quer a detenção assim como a deportação que estava a decorrer. Só depois da intervenção da Procuradora chefe da cidade de Maputo é que a magistrada Benedita Langa foi liberta assim como a cidadã espanhola, que entretanto foi mesmo deportada no dia seguinte, ainda sem o cumprimento dos preceitos legais requeridos pela Lei moçambicana.

Ainda na quinta-feira (31), a Procuradoria-Geral da República (PGR) ordenou a realização de um inquérito para apurar as responsabilidades sobre os acontecimentos que ditaram as detenções ilegais, da Magistrada e da cidadã espanhola, assim como da deportação, também ilegal.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/57426-associacao-dos-magistrados-processa-policias-que-detiveram-ilegalmente-procuradora-que-tentava-evitar-a-deportacao-ilegal-de-uma-cidada-espanhola>